



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO

*Rui Getúlio Soares*  
Reitor

*Ossana Sônia Danyluk*  
Vice-Reitor de Graduação

*Carlos Alberto Forcelini*  
Vice-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

*Marisa Potiens Zílio*  
Vice-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

*Paulo Caratajú Simor*  
Vice-Reitor Administrativo

UPF Editora

*Tania Mariza Kuchenbecker Rösing*  
Editora

CONSELHO EDITORIAL

*Benami Balcachuk*

*Eliane Lucia Colussi*

*Germano A. D. Schwartz*

*Hugo Tourinho Filho*

*João Anaracy Santin*

*Karen O. Lisbôa*

*Lorena Consalter Geib*

*Marco Antônio Montoya*

*Matheus Flores*

*Paulo Ricardo Becker*

*Pedro Alexandre V. Escosteguy*

*Pericles Saremba Vieira*

*Siomara Benincá*

Ana Luiza Setti Reckziegel

Loiva Otero Félix

Organizadoras

RS: 200  
Anos

Definindo espaços na  
história nacional

Universidade de Passo Fundo

2002



# A construção da "origem"

## Os "alemães" e a classificação trinária

*Regina Weber*

Acostumamo-nos com a idéia de que a área "colonial"<sup>1</sup> do Rio Grande do Sul foi povoada basicamente por descendentes de alemães, italianos e poloneses, com predomínio dos dois primeiros grupos. Esta classificação trinária é, na verdade, uma imagem, uma representação que foi se sedimentando ao longo do tempo. Ao se afirmar isso, não se quer dizer que essa forma de conceber o real seja uma construção artificial, mas que, dentre as várias possibilidades de se representar o real, essa foi a que predominou. Em décadas mais recentes, com a proliferação de identidades étnicas múltiplas, essa representação tem, inclusive, perdido a sua força. Como diz Bourdieu (1977), precisamos compreender não só a representação que os agentes têm do mundo social, mas o trabalho que eles realizam para impor sua visão de mundo, que é, na verdade, a afirmação de sua própria posição no mundo. O poder de transformar ou conservar o mundo social é o poder de se transformar ou conservar as categorias de percepção desse mundo. É essa a idéia do mundo como uma "luta de representações", tão bem apropriada por Chartier (1994).

Vários estudos e descrições já apontaram o quanto esses grupos eram multifacetados, isto é, que se tratavam de populações que provinham de regiões diferentes, de países unificados só após a vinda dos imigrantes. Os "alemães" que emigraram para vários estados do Brasil podiam considerar-se prussianos, badenses, oldemburgueses, etc. (Willems, 1946).<sup>2</sup> Entre os identificados como

\* Professora do Departamento de História da UFRGS. Doutora em Antropologia Social pelo Museu Nacional da UFRJ.

<sup>1</sup> Áreas ocupadas a partir do século XIX por imigrantes de origem européia, que passaram a ser denominados "colonos".

<sup>2</sup> Ver também Rambo (1968). "Proveniência", p. 82-85.

“poloneses” poderiam existir lituanos, mazowianos ou rutenos (Cuber, 1898). A língua mesmo não era uma só para grupos reconhecidos como “italianos” ou “alemães”. O dialeto teuto-brasileiro, usado em vastas regiões do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, era uma mistura dos dialetos regionais germânicos com termos brasileiros (Fisher, 1966). O caso dos “italianos” está bem analisado por Thales de Azevedo (1975).

Contudo, na prática, à medida que as décadas avançam, passa-se a falar em colônias “alemãs” ou “italianas”, em cidades de colonização predominante deste ou aquele grupo. Aos “poloneses” em geral se reconhecem povoados (as antigas “linhas”, que demarcavam os lotes coloniais), distritos e, com as emancipações mais recentes, até mesmo cidades, como é o caso do município de Carlos Gomes, emancipado de Viadutos na década passada e que, outrora, denominara-se “Nova Polônia”. Os grupos passam a comemorar os cinquentenários e, depois, os centenários de sua chegada ao Brasil; constituem “sociedades”. Uma realidade social que não estava dada quando os navios saíram da Europa, vai se sedimentando aqui no Brasil. Esses europeus vivenciam algo semelhante ao que se passou com os africanos em séculos passados: os variados clãs ou reinos, às vezes inimigos entre si, acabaram por ter sua complexidade simplificada, aos olhos dos outros e de si próprios. Tais configurações, representações que se tornam práticas – nas duas acepções do termo: substantivo, de hábitos, e adjetivo, funcionais –, acabam sendo incorporadas pela historiografia. Ao tentar demonstrar que muitos imigrantes poloneses entraram no Brasil sob registro de nacionalidades alemã, austríaca ou russa, Gardolinski, autor de um artigo na *Enciclopédia Rio-grandense*, reforça a visão trinária: “Na construção desta magnífica obra, que é a Pátria Brasileira, não podem passar despercebidos o esforço, a inteligência e a técnica do elemento estrangeiro. Na construção dos alicerces ciclópicos, juntamente com os grupos alemães e italianos, milhares de braços poloneses assentavam blocos de granito, argamassados, não somente com “suor, sangue e lágrimas”, mas também com a Fé inquebrantável nos destinos de sua nova pátria” (Gardolinski, 1958, p. 7).

Nos anos 60, um estudioso como Jean Roche (1969) opera com as principais distinções da sociedade colonial – teuto, ítalo e polono – e, se sempre há lugar para os “diversos”, não há dúvidas de que muitos outros diversos foram englobados naqueles três

grandes grupos. O que se quer é apontar é que, além de corresponderem a elementos da realidade, entre esses o fato de tais países passarem a ter existência política na Europa, essas classificações étnicas são também produto do “poder de nomeação” (Poutignat, Streiff-Fenart) das “lutas de classificações” (Bourdieu, 1979, 1984).

Classificar é uma necessidade de dar ordenação ao real tornando-o inteligível. Mas o mundo social, ao mesmo tempo em que é apreendido, tem sua complexidade simplificada e hierarquizada. O senso comum pode tanto ser o modo que garante a existência, enquanto representação, de uma coletividade, quanto a matriz dos preconceitos. Por exemplo, denominar quaisquer nordestinos de “baianos” é uma forma de simplificar nossas categorias geográficas reduzindo todos os habitantes da região ao seu grupo mais visível. Mas a expressão também tem uma carga de afetividade: ela marca a superioridade do sulista quando aquele está no território deste. Ter de conviver com a etiqueta de “turco” sem sê-lo (caso de sírios e libaneses) é próprio de quem não dispõe de meios de afirmar uma outra identidade, isto é, contrapor-se a uma exodificação. Os nomes, assim, tanto são uma forma, às vezes “inocente”, de se nomear os seres e as coisas, quanto um modo de se categorizar os grupos, de designar os espaços de cada um, em outras palavras, de se repartir o poder.

A visualização dos três grandes grupos de imigrantes é caudatária de uma outra: a que distinguiu os “brasileiros” dos “de origem”. Presente tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina (R. Weber, 1996, p. 207), essa singular classificação, na qual um dos termos é construído com a preposição “de”, tem a peculiaridade de sobrepor-se à tradicional classificação que divide a sociedade brasileira em negros e brancos, pois a categoria “brasileiros”, entenda-se luso-brasileiros, engloba tanto negros, índios e mestiços, quanto brancos descendentes de portugueses. Tal classificação bipartite tem uma gênese que é possível rastrear.

Nos primeiros tempos da imigração, os colonos do Rio Grande do Sul foram alvo da discriminação dos grupos sociais preexistentes.<sup>3</sup> Contudo, com o passar do tempo, essas colônias foram se desenvolvendo e os *outsiders* foram diminuindo o dife-

<sup>3</sup> Ver as descrições arroladas por Giron (1997, p. 59). Uma versão moderna dessas concepções está presente em Décio Freitas (2000), para quem a região de imigração (“Metade Norte”) é, em termos artísticos e culturais, “penosamente pobre”.

rencial de poder com relação aos “estabelecidos”, desenvolvendo seus próprios sinais de carisma grupal (Elias, 2000). Uma determinada “ética de trabalho” passa a ser a principal marca que distinguiria os descendentes colonos dos “brasileiros” (Weber, 1996; Coradini, 1996),<sup>4</sup> confirmando Max Weber (1994) quando este diz que mais que os aspectos raciais, são as diferenças no modo de vida que caracterizam as comunidades étnicas.

O termo “de origem” pressupõe apenas determinadas origens. É preciso ser descendente de europeu que se dedicou ao trabalho na terra. Portanto, não há lugar nessa categorização para, por exemplo, descendentes de espanhóis. Pode-se argumentar que a operacionalidade desta categoria deve-se ao fato de que ela permite agregar pessoas de nacionalidades diferentes, mas de língua ou hábitos culturais semelhantes. Exemplificando, aqueles que se reconheciam como “de origem alemã” em uma cidade de colonização recente (Ijuí) poderiam ser teuto-romenos, teuto-russos, teuto-poloneses ou teuto-brasileiros. Os teuto-romenos e teuto-russos são descendentes dos “alemães” (ou “germânicos”) que, no passado, colonizaram o velho Império Russo. A nacionalidade russa, romena ou polonesa dependia da situação bélica desta área central da Europa, podendo haver em uma mesma família nacionalidades diferentes, sem que seus membros tenham se deslocado. Os pais dos “teuto-brasileiros” podem ter nascido tanto na Europa (muitos na própria Alemanha) quanto nas colônias “velhas”. A Alemanha passa, assim, a ser um lugar de referência para todos esses grupos que se encontram no Sul do Brasil e que observam que, entre eles, existem mais afinidades – a língua é apenas uma delas –, do que em relação à população nativa ou “nacional”, para usar um termo empregado por velhos entrevistados (Weber, 1996). A Alemanha, um lugar de “origem”, uma origem meio mítica e meio real, é olhada agora com uma unidade – temporal, espacial e política – que, certamente, não havia para estes grupos quando eles de lá partiram.

Observe-se, portanto, que obscurecer as diferenças regionais existentes no lugar de origem, em favor de uma nova categoria unificadora, em um novo contexto não é fruto sempre – ou tão somente – de uma rotulação externa (uma exodefinição), mas pode servir como estratégia defensiva de comunidades (“minorias”) que

<sup>4</sup> Para Santa Catarina, ver Seyferth, 1982.

se acham frente a estabelecidos com mais poder. É o caso dos “latino-americanos” que se congregam nos Estados Unidos, mesmo que em seus países de origem sejam vizinhos rivais. No Sul do Brasil do século XX, a categoria “de origem” continha, por outro lado, uma afirmação de positividade, da qual os outros, os sem-origem, estariam desprovidos. Contudo, para alguns grupos, sempre há o ônus de ver sua especificidade diluída em favor de uma representação que denote mais força, como ocorreu com os “austriacos”, subsumidos ora entre “alemães”, ora entre “italianos”.<sup>5</sup>

Entre os “de origem” havia diferenças. No Sul do país, na região colonial, o termo “gringo” sempre foi, antes de tudo, uma designação de “italiano”, aquele que chegou depois dos alemães e que, mesmo tendo várias semelhanças com estes, se contraposto com a população mais antiga do Estado, recebeu o tratamento do adventício, isto é, dentro da região colonial também havia estabelecidos e recém-chegados. De qualquer forma, a proximidade entre esses dois grupos é comprovada pelos casamentos interétnicos entre eles, desde que fossem ambos católicos. Situação mais difícil encontraram os poloneses, que chegaram quando as melhores terras e outros espaços econômicos já estavam ocupados. Otávio Ianni (1960) explicou nesses termos a origem pejorativa do termo “polaco” no Paraná. A Ijuí, chegaram levadas de imigrantes poloneses, trabalhadores de uma fábrica que falira, aos quais foram designados lotes de terras; sua inaptidão ao trabalho rural foi considerada uma indisposição ao trabalho e, portanto, uma mácula pela afirmante “ética do trabalho” (Weber, 1996); com poucos recursos culturais, econômicos e políticos, os “poloneses”, naquele momento, não podiam fazer prevalecer uma imagem melhor de si mesmos.

Assim, no senso comum das regiões coloniais<sup>6</sup> foi se firmando a imagem da sociedade dividida entre os “de origem” e os “brasileiros”, e, entre os primeiros, havia uma divisão que privilegiava os alemães, secundados por italianos e, em posição menos privilegiada, estavam os poloneses. Trata-se de uma “etnogênese” (Banton, 1977), de uma representação social que, ao classificar os grupos, também manipula estratégias de distinção (Bourdieu, 1979).

<sup>5</sup> Em alguns casos, italianos foram identificados pelos registros de imigração como “austriacos” (Pellanda, 1968, p. 138).

<sup>6</sup> Pensando no Rio Grande do Sul como um todo, a situação é mais complexa. Em Porto Alegre, por exemplo, a par de uma forte presença econômica dos alemães (Singer, 1968), que necessariamente não tiveram passagem pelo trabalho rural, é bastante antiga a valorização dos “açorianos”, grupo identificado com a fundação da cidade.

A campanha de nacionalização, acirrada no contexto da Segunda Guerra Mundial, veio pôr o Estado como agente nas lutas de representações, pois este valorizava o que era “brasileiro” e rejeitava o “estrangeiro”. Os efeitos da campanha, particularmente sobre a comunidade de “alemães”, ainda não foram devidamente estudados em termos de conseqüências culturais.<sup>7</sup> À exceção de restaurantes, poucas iniciativas no setor de serviços ou entidades recreativas resgataram, na décadas seguintes à ditadura varguista, o designativo “alemão” ou nomes estrangeiros.

Contudo, na década de noventa, no contexto da sociedade globalizada (Hall, 1997), a manifestação das identidades étnicas, desde que não associada a movimentos separatistas, não é vista como um crime pelo Estado-nação brasileiro. Neste novo tempo, há espaço para manifestações identitárias múltiplas e o imaginário convive melhor com a diversidade. Na Festa Nacional das Culturas Diversificadas de Ijuí (Fenadi), o número de etnias já ultrapassa uma dezena.<sup>8</sup> Grupos outrora identificados aos “alemães” ou aos “italianos”, como os austríacos, e grupos que antes não tinham visibilidade, como os letos, afirmam sua identidade específica. A velha classificação tripartite vai perdendo seu espaço como representação. Os italianos, por sua vez, incentivados pelo Estado italiano, que favorece a concessão de nacionalidade para descendentes de imigrantes, multiplicam suas festividades e associações recreativas, reforçando uma identidade onde se destacam raízes vênetas (Maestri, 1997). A veiculação pública do adesivo “Soi italliano, grazie dio” é uma façanha impensável algumas décadas atrás. Vivemos um período de etnogêneses e “invenções de tradições” (Hobsbawm, Ranger), ou melhor, de recriações e rearranjos identitários, demonstrando o quão dinâmicas são as fronteiras culturais dos grupos étnicos (Barth), em outras palavras, o quão dinâmico é o movimento da cultura, tornando mais árdua a tarefa do historiador que pretender aprendê-la.

## Referências bibliográficas

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro: Ed. Cátedra, Pró-memória, 1982 [1975].

<sup>7</sup> Sobre o assunto, ver a coletânea organizada por Müller (1994) e Weber (1994).

<sup>8</sup> Na edição de 1992, apresentaram-se alemães, italianos, poloneses, austríacos, portugueses, holandeses, letos, afro-brasileiros, gaúchos, espanhóis, suecos, árabes.

BANTON, Michael. *A idéia de raça*. Lisboa: Edições 70; São Paulo: Martins fontes, 1979 [1977].

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras [1969]. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998 [1995]. p. 187-227.

BOURDIEU, Pierre. Une classe objet. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris: Minuit, n. 17/18, p. 2-5, nov. 1977.

BOURDIEU, Pierre. *La distinction*. Paris: Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e gênese de classe [1984]. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. p. 133-161.

CHARTIER, Roger. . A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 97-113, 1994.

CORADINI, Odaci Luiz. Os significados da noção de “italianos”. In: MAESTRI, Mário (Coord.). *Nós, os ítalo-gaúchos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 33-39.

CUBER, Pe. Antoni. *Nas margens do Uruguai*. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975 [1898].

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

FISCHER, Martin. O problema da conservação da cultura alemã. In: COLÓQUIO DE ESTUDOS TEUTO-BRASILEIROS, I. Porto Alegre, UFRGS, 1966.

FREITAS, Décio. Alma do RS. *Zero Hora*, Porto Alegre. v. 36, n. 12464, p. 21, 3 out. 1999.

GOGULSKI, Pe. Stanislau. *Caminhando para a terra prometida: do Rio do Peixe, a Nova Polônia, até Carlos Gomes*. [Erexim] s.n.t.

GARDOLINSKI, E. Imigração e colonização polonesa. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia rio-grandense - Imigração*. Canoas: Regional. v. 5.

GIRON, Loraine Slomp. Fazendeiros e colonos: a difícil união. *Coletânea CCHA - Cultura e Saber*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 57-66, dez. 1997.

HALL, Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

- HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- IANNI, Octávio. A situação social do polonês. In: IANNI, Octávio. *Raças e classes sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966 [1960]. p. 117-146.
- MAESTRI, Mário. *Mi son talian, grazie a dio!* Considerações sobre nacionalização, identidade étnica e irredentismo na região colonial italiana – 1875-1996. *Perspectiva*, Erechim, v. 21, n. 73, p. 35-73, mar. 1997.
- MÜLLER, Telmo L. (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.
- PELLANDA, Ernesto. Imigração e colonização italiana. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 1 (O Rio Grande Antigo).
- POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1998 [1995].
- RAMBO, Pe. Balduino. A imigração alemã. In: BECKER, Klaus (Org.). *Enciclopédia rio-grandense*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 1968. v. 1 (O Rio Grande Antigo).
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969 [1962]. 2v.
- SEYFERTH, Giralda. A representação do “trabalho alemão” na ideologia étnica teuto-brasileira. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 37, 20 out. 1982.
- SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Nacional; Ed. da USP, 1968.
- WEBER, Max. *Economia e sociedade*. 3. ed. Brasília: Editora da UnB, 1994. v. 1.
- WEBER, Regina. Nacionalidade com prefixos: os teutos e o Estado Novo em Ijuí. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil - cultura, etnicidade, história*. Canoas: Editora da Ulbra, 1994. p. 105-119.
- WEBER, Regina. *O trabalhador fabril em gestação: depoimentos sobre os anos 30 e 40 no interior do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

- WEBER, Regina. *Os operários e a colmeia*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1996, (no prelo da Editora Unijuí).
- WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1980 [1946].